

**DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS CULTURAIS:  
DIMENSÕES SIMBÓLICA, CIDADÃ E ECONÔMICA DA CULTURA NA  
ORGANIZAÇÃO DE DADOS CULTURAIS LOCAIS**

Neusa Martins do Rosário<sup>1</sup>

**RESUMO:** As significações da cultura (Eagleton) permitem relacionar dimensões específicas a questões atuais em campos diversos. Esse artigo tem como objetivo debruçar sobre a realização de mapeamentos culturais na perspectiva do desenvolvimento local. Primeiro, com uma articulação entre mapas colaborativos, as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura e desenvolvimento. Por fim, com uma compreensão de mapeamentos culturais como subsídio à elaboração de políticas culturais através da produção, organização e difusão de dados culturais coletados em consonância com a participação cidadã.

**PALAVRAS-CHAVE:** mapeamento cultural; dimensões da cultura; políticas culturais.

## **1. Mapeamento cultural na perspectiva do desenvolvimento**

A necessidade de organizar e difundir dados culturais torna-se cada vez mais evidente no Brasil, em destaque, na expectativa de articulação entre cidadãos e atores da cultura através de “mapas colaborativos”. Como mapeamento interativo e colaborativo compreende-se mapas capazes de contribuir para a criação de redes de informação e comunicação, auxiliando no planejamento e na tomada de decisões, no que se refere às ações educativas e comunicativas (NATANSOHN, 2009, p.22).

Instituições e órgãos gestores desenvolvem mapas colaborativos, considerando possibilidades de participação cidadã através do acesso a *blogs* e *sites*, por exemplo. Tais instituições e órgãos no âmbito federal, estadual e municipal, convocam cidadãos para contribuir com a identificação, produção e atualização de informações sobre bens e serviços da cultura.

As possibilidades de acesso a lugares e informações podem contribuir com uma maior articulação entre atores da cultura e cidadãos, como também facilitar uma relação entre o longe e o perto de um mesmo lugar. Rogério Haesbaert, tratando de ordem e territórios, chama atenção para a noção de território, suas limitações espaciais e informacionais, afirmando que “hoje, o distante pode também estar presente, o ‘aqui e

---

<sup>1</sup> Produtora cultural (Facom/UFBA, 2010), mestranda no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-cultura- IHAC/UFBA), e-mail: neusamartinsr@gmail.com.

agora’ pode também ser o ‘lá e agora’, na medida em que podemos acessar e mesmo exercer influência, via *Internet*, por exemplo, sobre lugares muito distantes” (HAESBAERT, 2006, p. 120).

Tentaremos argumentar a relevância de mapeamentos culturais em consonância com o desenvolvimento local, levando em consideração as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura<sup>2</sup> em contribuição com a organização de dados culturais, imprescindível, na elaboração de políticas culturais em microrregiões brasileiras<sup>3</sup>. Serão considerados elementos centrais à discussão como cartografia, mapeamento cultural, geografia cultural, o uso de aparatos tecnológicos e políticas culturais a serem elaboradas através da participação cidadã.

Fernand Joly (1990) apresenta a cartografia em duas expressões, sendo uma “temática” e a outra “topográfica”, afirmando que há diferenças nas formas de produzir informação, nos procedimentos de levantamentos de dados, de redação e difusão dos mapas. Afirma também que os “mapas geográficos” englobam todos os setores do conhecimento geográfico e possibilitam tratar de temas históricos, políticos, culturais, econômicos, entre outros. A noção de cartografia compreendida nesse trabalho, em consonância com a função dos mapas colaborativos, se dará pensando a realização de mapeamentos culturais capazes de contribuir com a organização de dados da cultura através da estrutura de “cartografias temáticas” tendo como função designar todos os mapas que tratam de outro assunto, nesse caso, de bens e serviços culturais. Joly afirma que:

O objetivo dos mapas temáticos é o de fornecer, com o auxílio de símbolos qualitativos e/ou quantitativos dispostos sobre uma base de referencia, geralmente extraída dos mapas topográficos ou dos mapas de conjunto, uma representação convencional dos fenômenos localizáveis de qualquer natureza e de suas correlações. (JOLY, 1990, p. 74-75)

A partir dessa apropriação da geografia no campo da cultura, o termo mapeamento cultural é compreendido como um modelo que consiste em mapear e organizar dados da

---

<sup>2</sup> As dimensões da cultura são aqui consideradas e relacionadas ao desenvolvimento local, em consenso com a dimensão antropológica do Plano Nacional de Cultura/2008 (PNC). Mais informações disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em agosto de 2012.

<sup>3</sup> As microrregiões consideradas são aquelas compreendidas nos *Dados da Divisão Regional* - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como municípios com até 49.999 habitantes. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em outubro de 2012.

cultura através do uso de aparatos tecnológicos como GPS e fita RFID<sup>4</sup> e, também, por mídia locativa considerada como um conjunto de tecnologias e processos informacionais cujo conteúdo informacional vincula-se a um lugar específico, e caracteriza-se por emissão de informação digital a partir de lugares/objetos (LEMOS, 2007).

A geografia cultural é compreendida conforme CORREA e ROSENDAHL (2007), como o estudo de processos em curso nas paisagens e suas implicações para comunidades humanas. Os autores ressaltam ainda que o tema “geografia cultural” foi retomado a partir da década 70, com maior ênfase, no Brasil. A geografia cultural pode contribuir nesses processos de organização e difusão de dados culturais, partindo do pressuposto da necessidade de estruturar esses dados em figuras ilustrativas, tornando-os legíveis, a partir da apropriação de “mapas colaborativos” e “cartografias” em mapeamentos de bens e serviços culturais.

A organização de dados culturais pode vir a evidenciar potencialidades locais da cultura como mediadora, nessa perspectiva do desenvolvimento. Atentar para dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura no âmbito local, pressupõe considerar particularidades locais através de dados culturais coletados, propulsores às políticas culturais elaboradas a partir do diálogo entre instituições, órgãos públicos e privados e a população pensando a “democracia da cultura” de maneira horizontal (BOTELHO, 2001, p. 06).

Essa organização de dados culturais depende de modelos e aplicativos inerentes ao desenvolvimento de mapas colaborativos capazes de atender necessidades específicas em consideração às particularidades locais. Nesse sentido, podemos considerar a proposta do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)<sup>5</sup> com o objetivo de “ser o maior repositório de dados sobre a cultura brasileira, compartilhado de forma pública e transparente, oferecendo informações estratégicas para as instituições e órgãos gestores da cultura assim como para toda a sociedade”. O SNIIC, em conformidade com o Plano Nacional da Cultura (PNC)<sup>6</sup>, tem como argumento central a democracia da cultura, além de destacar a necessidade de evidenciar bens e serviços culturais em microrregiões

---

<sup>4</sup> Fita RFID são etiquetas que emitem informações por ondas de rádio. Mais informações disponíveis em: <http://www.rfidjournal.com/>. Acesso em outubro de 2012.

<sup>5</sup> Mais informações sobre o Sistema Nacional de Informação e Indicadores em Cultura (SNIIC). Disponíveis em: <http://www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em outubro de 2012.

<sup>6</sup> Mais informações sobre o Plano Nacional da Cultura (PNC). Disponíveis em: <http://www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em outubro de 2013.

brasileiras, partindo do pressuposto de que esses locais enfrentam desafios em torno da institucionalização da cultura no âmbito municipal.

Outro exemplo, em outro viés, é o projeto-piloto *Cidades Digitais*<sup>7</sup>, uma iniciativa que vem sendo desenvolvida através do Ministério das Comunicações, para contribuir na produção, organização e difusão de dados culturais coletados no que se refere ao acesso a *Internet*. Mesmo no momento inicial, esse projeto-piloto é proposto com intuito de “possibilitar a modernização da gestão das cidades com a implantação de infraestrutura de conexão de rede entre os órgãos públicos além da implantação de aplicativos, com o objetivo de melhorar a gestão e o acesso da comunidade aos serviços de governo”.

Após essa compreensão sobre geografia cultural e processos tecnológicos propulsores ao desenvolvimento de mapeamentos culturais a partir de mapas colaborativos, cabe debruçar sobre as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura como base norteadora em processos de organização e difusão de dados culturais, pensando uma articulação dessas dimensões na perspectiva do desenvolvimento local, do seguinte modo:

- Na dimensão simbólica da cultura, bens e serviços culturais inerentes a valorização e reconhecimento local, abarcariam o desafio de mensurar manifestações e costumes peculiares por parte das localidades e de seus atores;
- Na dimensão cidadã, seria necessário envolver cidadãos, de modo geral, nas ações e decisões sobre a elaboração e efetivação de uma política cultural capaz de atender demandas e reivindicações culturais locais;
- E por fim, na dimensão econômica, caberia uma averiguação da capacidade de planejar um levantamento e uso de recursos financeiros e pessoais propiciadores ao desenvolvimento da cultura, tendo em vista, aspectos econômicos mensuráveis a partir do trabalho rural e demais fontes de rendimento afins.

Como podemos observar, é possível relacionar essas dimensões à organização de dados culturais no âmbito local. Tais dimensões também permitem adequar políticas culturais a realidade e especificidades em microrregiões brasileiras. Para tanto, consideramos três momentos sequenciais: o primeiro, partindo de uma definição de dimensões da cultura, aqui observadas; o segundo, relacionando tais dimensões aos dados levantados por instituições, órgãos públicos ou privados e dados cedidos por cidadãos; por

---

<sup>7</sup>Mais informações sobre o projeto-piloto *Cidades Digitais*. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas/cidades-digitais>. Acesso em janeiro de 2013.

fim, a partir desses momentos, atentar ao desafio de efetivar políticas culturais eficazes ao desenvolvimento local.

Esses três momentos requerem, primeiramente, um esclarecimento sobre as dicotomias das significações da cultura, ou seja, é preciso atentar a complexidade e as dimensões da noção de cultura. Nesse sentido, a cultura será considerada conforme esclarece Terry Eagleton (2003), como uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua. Eagleton afirma que “a cultura exige certas condições sociais, e já que essas condições podem envolver o Estado, pode ser que ela também tenha uma dimensão política” (EAGLETON, 2003, 21).

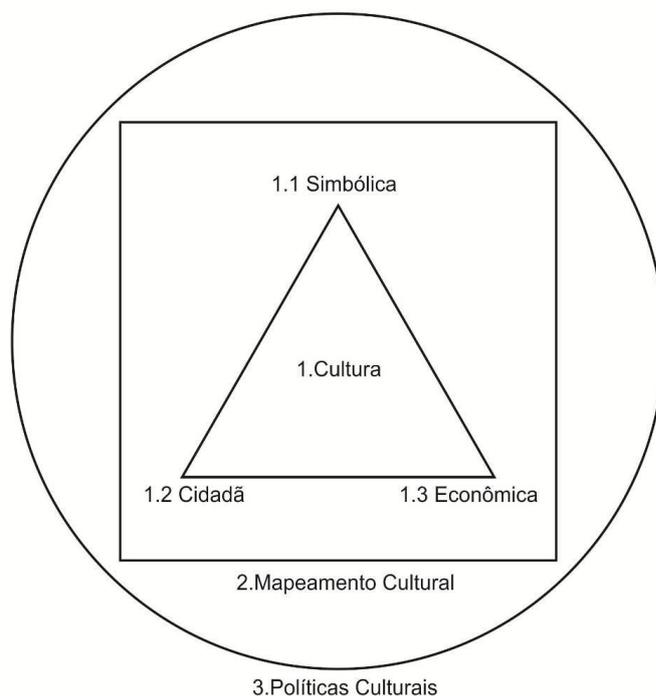
Considerando essa dimensão política, compreendemos que lidar com dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura em consonância com o desenvolvimento local, requer diálogo entre atores políticos, principalmente, pensando a participação cidadã na organização de dados culturais e fiscalização do potencial econômico em uma articulação com a administração pública local. O propósito aqui, não é esgotar sobre as significações da cultura, e sim compreender a relevância de suas dimensões específicas na realização de mapeamentos culturais.

Após esse breve esclarecimento sobre a compreensão de cultura, vamos aos momentos com relevância na relação com “mapas colaborativos”. A figura apresentada abaixo (FIGURA 1<sup>8</sup>) representa, de maneira sucinta, esses três momentos sequenciais: o item 1, com a cultura relacionada às três dimensões, sendo os subitens 1.1 a dimensão simbólica, 1.2 a dimensão cidadã e 1.3 a dimensão econômica; o item 2, apresenta-se como mapeamento cultural, possível a partir das três dimensões abordadas; e o item 3, resultado dessa relação, como proposta na elaboração e efetivação de políticas culturais.

---

<sup>8</sup> Figura desenvolvida em pesquisa de mestrado, em andamento, a partir de vivências da autora no município de Serrolândia/BA, no semiárido baiano.

### Cultura na Perspectiva do Desenvolvimento\*



\*Desconsidera-se as ilustrações geométricas, considera-se a sequência:  
1.Cultura > 2.Mapeamento Cultural > 3. Políticas Culturais

Fonte: autora do texto

FIGURA 1 – Cultura na perspectiva do desenvolvimento

A dimensão simbólica (item 1.1) tem relevância ao possibilitar a identificação de elementos específicos e particulares de expressões e bens culturais locais; a cidadã (item 1.2), no reconhecimento de serviços e ações a partir do diálogo entre cidadãos e atores da cultura, sendo os mesmos conscientes do importante papel que podem exercer no acompanhamento das decisões políticas e fiscalização de recursos aplicados, tal papel implica no desenvolvimento e valorização das manifestações, expressões e serviços culturais locais; e a dimensão econômica (item 1.3), a partir de ações coletivas abarcando potencial econômico e aspectos inovadores ou tradicionais para um melhor planejamento e investimento na estrutura e organização da produção e gestão cultural.

O reconhecimento da função dessas três dimensões da cultura possibilita a organização de dados culturais através de mapeamentos culturais, dando ênfase ao segundo momento, aquele em que bens e serviços da cultura passam a ser localizados e identificados conforme elementos simbólicos e informações inerentes à dimensão cidadã e econômica da cultura. Por fim, o terceiro momento sequencial, que se daria no aproveitamento desses bens e serviços culturais mapeados, capazes de apresentar

demandas e reivindicações<sup>9</sup> com o objetivo de gerar uma política cultural efetiva em conformidade com a realidade local.

O terceiro momento surge como um resultado possível através da relação entre as três dimensões da cultura e a organização de dados culturais. Esse resultado seria a elaboração e efetivação de uma política cultural do seguinte modo: 1) considerando a cultura na perspectiva do desenvolvimento local e em atenção às suas dimensões, apresentadas de maneira específica, partindo do pressuposto de uma ação, também específica; 2) reconhecendo a realização de mapeamentos culturais como uma ação relativa às três dimensões da cultura, tendo como função a organização, mensuração e apresentação de dados culturais através de “mapas colaborativos”, considerando especificidades simbólicas, cidadãs e econômicas, nesse caso, em microrregiões brasileiras; e 3) Por fim, para elaboração, efetivação e execução de uma política cultural, de maneira eficaz, identificar desafios e limitações inerentes a particularidades dessas microrregiões.

A intenção não é destacar nenhum dos três momentos, considerando a ordem da apresentação (1. Cultura; 2. Mapeamento Cultural; 3. Políticas Culturais), o importante é atentarmos a sequencia desses momentos, pensando a elaboração e efetivação de políticas culturais, em contribuição com o desenvolvimento local. Não cabe também conceber “mapas colaborativos” como soluções finitas a limitações e desafios inerentes à organização de dados culturais, principalmente se levarmos em conta a riqueza de dados e informações quando tentamos enquadrar bens simbólicos em padrões cartográficos. É importante considerar também peculiaridades de microrregiões, distantes da concentração de bens e serviços da cultura predominantes em centros urbanos.

Em atenção aos desafios e limitações na realização de mapeamentos culturais, tentaremos justificar a relevância da realização desses mapeamentos como subsídios ao desenvolvimento local, principalmente, através da participação cidadã visando à elaboração e efetivação de políticas culturais locais.

---

<sup>9</sup> Sobre demandas e reivindicações, especificamente locais, foram considerados exemplos no trabalho: ROSÁRIO, Neusa Martins do. *Mapeamento dos equipamentos e manifestações culturais no município de Serrolândia/BA*. Consta nas “Referências” deste artigo.

## 2. Mapeamentos culturais: um subsídio ao desenvolvimento local

No Brasil, vem retomando-se uma interface entre cultura e geografia, ou seja, entre noções de espaços físicos e simbólicos. Em alguns estados, emerge a preocupação em organizar dados culturais através de métodos cartográficos e colaborativos. Autores do campo da cultura no cenário atual como Albino Rubim, Isaura Botelho e Evelina Dagnino, entre outros, chamam a atenção para a urgência da organização de dados culturais e a eficiência desses dados na efetivação de políticas culturais em prol do desenvolvimento.

Renato Ortiz afirma que “nenhuma política cultural pode ser realizada sem previamente se perguntar: de que desenvolvimento se está falando?” (Ortiz, 2008, p. 127). Neste sentido, tentaremos compreender esse termo na perspectiva de políticas culturais consolidadas a partir das dimensões simbólica, cidadã e econômica pensando no desenvolvimento local.

Tratar de mapeamentos culturais na perspectiva do desenvolvimento, nos obriga a atentar para a noção de políticas culturais, principalmente ao reconhecer a relevância desses mapeamentos na elaboração e efetivação dessas políticas de maneira eficaz, e mais, voltadas ao desenvolvimento local. Sobre o conceito de política cultural, Rubim (2006) propõe um esboço analítico no intuito de embasar uma definição de políticas culturais, ressaltando que o modelo apresentado se dá também na tentativa de não apenas definir políticas culturais, mas torná-las operativas. O autor propõe uma luta por uma política cultural capaz de expandir fronteiras possíveis e impossíveis. Tal proposta e desafio de romper barreiras possibilita pensar formas de articular ações comuns entre planos de cultura no âmbito estadual e municipal, em atenção às metas do PNC.

Alexandre Barbalho (2005) chama atenção ao fato do mesmo estar em processo de construção, e destaca que, uma política cultural não é necessariamente uma área científica, por tratar de um conjunto de intervenções práticas e, também, discursivas. O autor faz um alerta para dificuldades e desafios na elaboração de um conceito de política cultural atento à importância do trabalho árduo em torno da organização e levantamento de dados culturais no Brasil, à necessidade de elaborar e executar políticas culturais em diálogo com ações do cotidiano e através da produção cultural local, levando em conta conflitos e disputas em espaços políticos, econômicos e sociais.

Evelina Dagnino (2005), atenta para a necessidade de se desenvolver uma consciência cidadã visando à participação na organização e identificação de demandas do poder público, como parte integrante da formulação de projetos políticos próprios dos

atores locais, ou seja, cidadãos devem atuar na organização de dados culturais a fim de participar da elaboração e efetivação de políticas culturais eficazes ao desenvolvimento local. A autora propõe uma ação democrática do Estado de convocação de cidadãos. Afirma que esses cidadãos podem contribuir “para reforçar a existência de cidadãos sujeitos e de uma cultura de direitos que inclui o direito a ser coparticipante em governos locais” (Dagnino, 2005, p. 57).

A partir das considerações de Rubim, Barbalho e Dagnino, atentamos ao que Isaura Botelho (2001) considera sobre a cultura em prol do desenvolvimento, afirmando que políticas culturais devem estar entrelaçadas aos dados culturais abarcando as dimensões antropológica e sociológica da cultura, afirma ainda que políticas culturais capazes de materializar a dimensão antropológica da cultura permitem “a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazo.” (2001, p. 03).

Isaura Botelho chama atenção para o esforço da utilização dos dados culturais levantados, além do reconhecimento dos mesmos na elaboração e efetivação de políticas culturais eficazes. A autora atenta ao fato de países desenvolvidos realizarem pesquisas sobre práticas e consumos culturais através dos resultados de pesquisas sobre cultura realizadas na França, com destaque, sobre a importância dessas pesquisas na necessidade de “situar o desenvolvimento cultural no desenvolvimento econômico e social do país, o que exige o fornecimento de dados concretos, de números que não existiam.” (Botelho, 2001, p. 11).

A autora alerta para a necessidade de avaliar a eficácia de políticas culturais públicas a partir de pesquisas qualitativas no levantamento de dados culturais, considerando-se a insuficiência desses dados através de pesquisas concentradas em especificidades quantitativas. Para tanto, sugere o reconhecimento de dois aspectos fundamentais no levantamento de dados culturais no Brasil, sendo os mesmos o diálogo entre as esferas da cultura (Ministério da Cultura / MINC) e da educação (Ministério da Educação / MEC), e o desenvolvimento de uma política de democratização de acesso.

Nessa perspectiva de mapeamentos culturais como um subsídio ao desenvolvimento local. Hamilton Faria (2003) afirma que é necessário reconhecer como instrumentos a realização de mapeamentos culturais e, posteriormente, a organização dos indicadores culturais localizados nesses mapeamentos. Hamilton Faria enfatiza a necessidade de localizar as ações e processos culturais, inicialmente, nos municípios e a

partir daí, sistematizar as informações localizadas em diálogo com políticas de estado e federação. O autor afirma que “é urgente, mesmo nos pequenos municípios, que os governos e movimentos localizem sua atuação e se enraízem na comunidade a partir do estímulo à ação cultural descentralizada”. (Faria, 2003, p. 41)

A partir da atenção desses autores sobre a relevância da organização de dados para elaborar e efetivar políticas culturais através de intervenções participativas e capazes de atender demandas e reivindicações culturais locais é possível considerar o desenvolvimento de métodos de mapeamentos culturais como uma necessidade urgente. E reconhecer a ausência dessa organização de dados culturais nos obriga ainda a debruçar sobre potenciais da proposta do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC/MINC), conforme apresenta a terceira meta do PNC, registrada no texto “*As metas do Plano Nacional da Cultura*” (2012, pg.26-27)<sup>10</sup>, no estabelecimento de padrões de cadastramento, mapeamento e síntese das informações culturais no país.

A terceira meta do PNC consiste em criar uma cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro, no reconhecimento à importância de registrar e organizar a produção das linguagens artísticas de todo o Brasil. Tal meta sugere como forma de cadastro o acesso a plataformas de banco de dados, estimuladas a partir de procedimentos específicos em rede (via *internet*), apresentados no SNIIC. Essa cartografia da diversidade cultural emerge na tentativa de abarcar as especificidades culturais de cada estado e todas as expressões do patrimônio artístico e cultural brasileiro, material e imaterial, em todas as linguagens como teatro, dança, circo, artes visuais, música, entre outras, como aquelas de grupos sócias em diversos segmentos como povos de terreiro, povos indígenas, ciganos, culturas populares, imigrantes, movimentos Lésbicas Gays Bissexuais Travestis e Transexuais (LGBTs), mulheres, pessoas com deficiência ou transtornos psíquicos, mestres de saberes e fazeres tradicionais, crianças jovens e idosos.

Esta meta remete ao desafio de pensar metodologias de pesquisa capazes de dialogar com especificidades de expressões no registro e na organização desses dados através da atualização constante no SNIIC. Não podemos menosprezar essa iniciativa, visto que devemos reconhecer o esforço atual, como um passo importante e urgente na identificação de métodos propulsores a organização de dados culturais no Brasil. Ao

---

<sup>10</sup> Mais informações sobre Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/tag/sniic/>. Acesso em agosto de 2013.

tempo em que não podemos deixar de levantar questões específicas, já que se trata de um modelo instituído, em processo experimental.

O acesso à plataforma de dados em *sites* por atores da cultura no âmbito local, considerando-se, àqueles inseridos no contexto de manifestações culturais tradicionais e de vivências no âmbito rural, nos permite levantar a seguinte questão: Como fomentar um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC/MINC), a partir do acesso aos meios de comunicação inerentes as novas tecnologias, a exemplo de banco de dados em *sites*, no registro de bens e serviços culturais, sem intencionar exclusão a *internet*, principalmente daqueles inseridos no contexto de manifestações culturais tradicionais? A partir dessa preocupação do acesso aos meios de registro e disseminação de dados, poderíamos considerar outras formas de mapeamentos culturais locais, em suas particularidades, visando como resultado a descentralização de recursos e serviços da cultura em microrregiões, distantes dos centros urbanos.

Tal consideração, não se dá, em nenhuma hipótese, com o intuito de desprezar o acesso aos métodos relativos às novas tecnologias disponibilizados pelo SNIIC, já que os mesmos, na maioria das vezes também são acessíveis em microrregiões. Essa reflexão intenciona apenas despertar para novas formas de organização de dados culturais partindo de experiências e limitações locais, a exemplo de parcerias com instituições de ensino, visando envolver estudantes em projetos de acesso e cadastramento de bens e serviços culturais locais.

A produção, organização e difusão desses dados culturais são imprescindíveis para uma articulação preponderante entre municípios, estados e federação, tornando-se cada vez mais evidente ao passo que a atuação dessas duas últimas instancias implicam em ações no espaço real e concreto da primeira, ou seja, a ação dos espaços administrativos no âmbito federal e estadual remetem a ações e resultados a partir das realidades locais.

Cabe uma articulação conjunta entre os sistemas federal, estadual e municipal para intervir no elucidado nos últimos tempos, pensando a cultura como uma das principais estratégias do desenvolvimento, capaz de colaborar com maior destaque em regiões despercebidas dos centros desenvolvidos, no campo político, econômico, social, e principalmente, cultural. Além da necessidade de reconhecer como demanda central a capacitação de profissionais e criadores culturais, através de políticas culturais mensuráveis à atuação desses atores, bem como conscientização da sociedade, no propósito de executar demandas transformadoras do contexto sócio cultural.

O que buscamos é compreender dimensões específicas da cultura e a realização de mapeamentos culturais relevantes na elaboração e efetivação de políticas culturais. Como sugestões práticas de mapeamentos culturais, apresentaremos alguns exemplos em andamento no âmbito estadual e municipal no Brasil, na tentativa de identificar modelos em atenção a necessidades locais, além de considerar o acesso de atores e consumidores da cultura aos meios de produção e organização de dados culturais. É possível identificar, mesmo de maneira tímida, a realização de mapeamentos culturais em alguns estados brasileiros, como São Paulo, Ceará e também, na Bahia.

Em São Paulo, a Secretaria de Estado da Cultura realiza ações no desenvolvimento do *Mapa Cultural Paulista*<sup>11</sup> e, conforme apresentação do projeto no site do mapeamento, o mesmo é considerado um dos mais importantes projetos culturais de São Paulo do ponto de vista formativo, informativo e de circulação de artistas do interior do Estado. Criado em 1995, com o objetivo de fomentar as produções culturais do interior, revelando valores em segmentos que não teriam acesso aos meios de comunicação, além de pouca visibilidade no meio cultural.

Em Fortaleza, no Ceará, o projeto Mapa da Cultura<sup>12</sup>, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor), com objetivo de apresentar os espaços e produtores culturais da cidade, pretende reunir em um site, composto por um mapa geo-referenciado, todos os equipamentos, patrimônios e instituições culturais existentes em Fortaleza. Tendo como base um banco de dados já coletado pela Prefeitura, que poderá ser incrementado de maneira colaborativa por públicos e agentes culturais.

Na Bahia, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, o Grupo de Estudos e Práticas Laboratoriais em Plataformas e Softwares Livres e Multimeios (Link livre) vêm desenvolvendo o *Mapeamento Colaborativo do Recôncavo*<sup>13</sup>, com o objetivo de realizar o mapeamento das cidades de Cachoeira e São Félix e disponibilizar os mapas na internet através da plataforma *Open Street Map* (OSM).

No interior da Bahia, mais precisamente no semiárido baiano, em 2010 foi realizado pela autora desse texto o “Mapeamento dos equipamentos e manifestações

---

<sup>11</sup> Mapa Cultural Paulista. Mais informações disponíveis em: <http://mapaculturalpaulista.org.br>. Acesso em maio de 2012.

<sup>12</sup> Mapa da Cultura. Mais informações disponíveis em: <http://mapeamentofortaleza.org.br>. Acesso em maio de 2012.

<sup>13</sup> Mapeamento Colaborativo do Recôncavo. Mais informações disponíveis em: <http://www.ufrb.edu.br/linklivre/mapeamento-colaborativo-do-reconcavo-no-culturadigital-br/>. Acesso em maio de 2012.

culturais de Serrolândia/BA”, visando colaborar com a elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC) do município, além de levar ao conhecimento do poder público local demandas e reivindicações referentes a bens e serviços culturais locais, sinalizados em pesquisa de campo por atores culturais e cidadãos comuns. Também de provocar um diálogo entre órgãos gestores da cultura, com SECULT/BA e o Sistema de Informação e Indicadores em Cultura – SIIC<sup>14</sup>.

Como podemos perceber nos exemplos como o projeto-piloto *Cidades Digitais*, o *Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC/MINC)*, entre outras iniciativas no âmbito estadual e municipal possibilitam maior participação cidadã na produção, organização e difusão de dados culturais. Esses exemplos podem contribuir como referencia em iniciativas futuras até mesmo por microrregiões brasileiras inseridas no contexto de regiões periféricas, distantes dos centros urbanos com maior concentração de serviços e oportunidades de desenvolvimento cultural.

Assim, para formas de organização e difusão de dados culturais relativos à elaboração e efetivação de políticas culturais, visando a “municipalização da cultura”, se faz necessário que atores locais tenham voz e cidadãos locais tornem-se capazes de ocupar um lugar de fala nesse. Nesse sentido, Claudia Leitão, levanta questões atentas ao lugar dos municípios brasileiros no contexto dessa política cultural, ao apontar a seguinte questão: “Como reaver o capital social de comunidades excluídas, (...) despossuídas de autoestima e de capacidade de mobilização?” (LEITÃO, 2009, p.21).

## REFERÊNCIAS:

BARBALHO, Alexandre. *Por um conceito de política cultural*. In: RUBIM, Linda (org). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2004. p.33-52

BOTELHO, Isaura. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15, n.2, 2001.

CIDADES DIGITAIS – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas/cidades-digitais>>. Acesso em janeiro de 2013.

CORREA, Roberto, L & ROSENDAHL, Z. (Org.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DADOS DA DIVISÃO REGIONAL - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em outubro de 2012.

---

<sup>14</sup>Sistema de Informação e Indicadores em Cultura (SIIC). Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em agosto de 2012.

DAGNINO, Avelina. **Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal.** *Revista Rio de Janeiro*, n.15. 2005, p. 45-66.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** Lisboa: Actividades Editoriais, 2005. p.09-50.

FARIA, Hamilton. **Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades.** In: BRANT, Leonardo (org.). *Políticas Culturais*. Vol. 1. São Paulo: Manole, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Ordenamento territorial.** In: Boletim Goiano de Geografia. Vol. 26, Nº1, UFG. 2006, p. 120.

JOLY, Fernand. **A cartografia.** Campinas, SP: Papyrus, 1990.

LEITÃO, Claudia. **Cultura e municipalização.** / Cláudia Leitão, --Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009. p. 21. 72p. – (Coleção Cultura é o quê? III).

LEMONS, André. **Mídia Locativa e Territórios Informativos.** Disponível em: <[http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/midia\\_locativa.pdf](http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/midia_locativa.pdf)>. Acesso em outubro de 2012.

MAPA CULTURAL PAULISTA. Disponível em: <<http://mapaculturalpaulista.org.br>>. Acesso em maio de 2012.

MAPA DA CULTURA. Disponível em: <<http://mapeamentofortaleza.org.br>>. Acesso em maio de 2012.

MAPEAMENTO COLABORATIVO DO RECÔNCAVO. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/linklivre/mapeamento-colaborativo-do-reconcavo-no-culturadigital-br/>>. Acesso em maio de 2012.

NATANSOHN, G. **Do pergaminho ao Smartphone.** Revista Lupa da FACOM – UFBA, ano IV, n.7. Salvador, 2009, p. 22.

ORTIZ, Renato. **Cultura e desenvolvimento.** Políticas Culturais em Revista, Salvador, v.1, n.1, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/index>>.

PLANO NACIONAL DE CULTURA/2008 (PNC/MINC). Mais informações disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em agosto de 2012.

ROSÁRIO, Neusa Martins do. **Mapeamento dos equipamentos e manifestações culturais no município de Serrolândia/BA.** Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação, no curso Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura de graduação, da Universidade Federal da Bahia. 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais entre o possível e o impossível.** Anais do II ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. CULT/FACOM/UFBA 03 a 05 de maio de 2006, Salvador/BA. Disponível em: <<http://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/03/politicas-culturais-entre-o-possivel-e-o-impossivel.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2010.

RFID – Fita de Rádio Frequência. Disponível em: <<http://www.rfidjournal.com/>>. Acesso em outubro de 2012.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E INDICADORES EM CULTURA – SNIIC. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em outubro de 2011.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E INDICADORES EM CULTURA (SIIC/SECULT-BA). Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br>>. Acesso em outubro de 2012.